

# PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO DE VITÓRIA: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS DO TRAÇADO COLONIAL NA CONTEMPORANEIDADE

**Luciene Pessotti**

Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo.  
Mail: [luciene.pessotti@terra.com.br](mailto:luciene.pessotti@terra.com.br)

## RESUMO

A pesquisa de pós-doutoramento desenvolvida entre 2009/2011 abordou a temática do Patrimônio Cultural Urbano e sua relação com a paisagem cultural. Teve-se como objeto de estudo a Cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, que foi fundada em 1551 e passou por diversas transformações. O tema visa refletir sobre o Patrimônio Ambiental de Vitória, ou seja, as rupturas e permanências do traçado colonial na contemporaneidade e pressupõe a abordagem sobre a formação urbana da primitiva sede da capitania do Espírito Santo, Brasil, na longa duração, e sobre os processos que influenciaram em sua configuração espacial e paisagística.

Além disto, esta reflexão permitiu constatar quais as permanências urbanas da antiga vila na cidade de hoje, isto é, o que na contemporaneidade constitui o patrimônio ambiental urbano de Vitória, suas origens e referências.

A noção de patrimônio ambiental abordada na pesquisa está relacionada ao processo de construção cultural, constantemente transformada pela interação do homem com seu *habitat*. Este processo de acumulação sucessiva é denominado de *construção cultural*.

**Palavras-chave:** patrimônio ambiental; patrimônio cultural; cidade colonial; paisagem cultural

## ABSTRACT

Research postdoctoral developed between 2009/2011 addressed the theme of Urban Cultural Heritage and its relation to the cultural landscape. Had as object of study the City of Vitoria, capital of Espírito Santo, which was founded in 1551 and has undergone several transformations. The theme aims to reflect on the Environmental Heritage Victory, namely, , ruptures and continuities traced in colonial and contemporary approach presupposes on urban formation of primitive seat of the Captaincy of the Espírito Santo, Brazil , in the long term , and the processes that influenced his space and landscape configuration.

Moreover, this reflection have revealed which urban permanence of the ancient village in the city today, namely, what constitutes the contemporary urban environmental heritage Victory, its origins and references.

The concept of environmental equity addressed in the research is related to the cultural construction process, constantly transformed by the interaction between man and his habitat. This process is called successive accumulation of cultural construction.

**Key words:** environmental heritage, cultural heritage, colonial city, landscape cultural

A cidade de Vitória é a capital do estado do Espírito Santo, com área territorial de 93,381 km<sup>2</sup>, e é uma das menores do Brasil. A Vila de Nossa Senhora da Vitória é um dos núcleos urbanos mais antigos do país, tendo sido fundada, segundo a historiografia oficial, em 8 de setembro de 1551.

A pesquisa ora apresentada é o resultado de uma investigação iniciada em 2009 e concluída em 2011 com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, como parte das investigações do pós-doutoramento (2008/2011), e realizada com os recursos da Fundação de Amparo a Pesquisa do Espírito Santo (FAPES). Os estudos objetivavam dar continuidade as reflexões sobre a formação urbana de Vitória na longa duração iniciadas no Mestrado (1997/2000) e aprofundadas no Doutorado (2000/2005). As reflexões nesse momento visaram, então, abordar a temática do Patrimônio Ambiental Urbano, objetivando analisar as rupturas e permanências do traçado colonial de Vitória na contemporaneidade.

Para tanto se considerou os principais processos e dinâmicas sociais, políticas e econômicas que influenciaram na formação e consolidação urbana da primitiva sede da capitania do Espírito Santo na longa duração. Investigou-se também quais foram os principais agentes modeladores da Vila da Vitória, a saber, a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica.

O conceito de agentes modeladores das cidades coloniais foi abordado por Vasconcelos (1997) e auxilia compreender como esses atores atuaram na Vila da Vitória, segundo os condicionantes que o sítio, a economia, a política, enfim, como a conjuntura, e os acontecimentos influenciaram em cada decisão de se tentar implantar e consolidar um núcleo urbano na possessão lusitana na América.

O estudo da configuração urbana se deu a partir da **identificação de seus principais elementos morfológicos**, notadamente, os monumentos religiosos que foram os principais edifícios que estruturaram o traçado da vila.

Tal constatação é de suma importância, pois, esta estruturação definiu uma paisagem singular. Em Vitória os templos religiosos foram, até o início do século XX, as principais referências da paisagem urbana, assim como se deu em outros núcleos coloniais, tendo em vista que a lógica de estruturação dos espaços nos primeiros séculos era muito semelhante (SANTOS, 1968; PESSÓA, 2000).

O recurso metodológico da análise morfológica na longa duração possibilitou o estudo e interpretação de documentação de fonte primária que subsidiou a elaboração de mapas temáticos de síntese, ou seja, **representações cartográficas**, que buscaram explicitar através de diferentes interpretações físico-espaciais a organização urbana e sua consequente conformação paisagística no período colonial. Ressalta-se que a Vila Vitória só teve sua morfologia urbana representada no período colonial em uma única planta que foi elaborada no Século XVIII através da atuação da Engenharia Militar. Desta forma os mapas temáticos elaborados no período de 1996 até 2011 são o resultado da investigação e confronto da documentação de fonte primária com os pressupostos teóricos do Urbanismo Português, notadamente, o da Expansão, e as matrizes e referências adotadas na formação urbana da América Portuguesa (CARITA, 1998).

Para elaboração dos mapas temáticos da Vila da Vitória nos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX foram considerados, além das referências teóricas das formações urbanas da expansão portuguesa, os pressupostos teórico-metodológicos abordados por Lepetit (2001) e aqueles que orientam a confecção da cartografia temática adotando-se os critérios de metodologia científica cartográfica.

Em seus pressupostos teórico-metodológicos, Lepetit (2001) adverte que em análises de um determinado espaço deve-se considerar o sistema dos contextos, que deve poder apresentar situações particulares em um conjunto de referências onde elas teriam um sentido. Para tanto, a definição de uma escala, e mesmo a possibilidade de suas variações, poderia dar conta da complexidade do real, e inserir o objeto de estudo num mundo de medidas díspares, aplicando-se nesta metodologia as noções de escala, escalas de referência, proporção, redução, todas oriundas da geografia e da arquitetura.

Outras importantes proposições apresentadas por Lepetit (2001) fundamentaram nossa interpretação da morfologia urbana da Vila da Vitória na longa duração, a saber, a (1) relação das problemáticas e do objeto, que devem ser construídos juntamente no âmbito da pesquisa histórica; (2) a possibilidade de reler o passado sob diversas perspectivas, considerando que os documentos não são formas de se impor verdades eternas e inquestionáveis; (3) a relação entre o processo de pesquisa histórica e inteligibilidade histórica do mundo; (4) a definição de escala para demonstrar os fenômenos que se pretende analisar com o objetivo de melhor se conformar e a organizar os objetos; (5) a relação entre

as diferentes variações de escala e o conteúdo do instrumental teórico para se definir em que campo de validade a explicação, ou a interpretação, pode situar-se; e por fim, (6) as conclusões elaboradas que resultantes das análises de escalas preestabelecidas não poderiam se opor às conclusões obtidas em outra escala, considerando, para tanto, os níveis diversos em que foram determinadas.

Esse importante recurso metodológico foi utilizado também pelo geógrafo Maurício de Abreu (2000), que abordou a problemática da pesquisa de história urbana sobre o Rio de Janeiro no período colonial, tendo em vista, o incêndio ocorrido no século XVIII que ocasionou a perda de importantes documentos. Além disto, o autor (ABREU, 2000), cita que, ao negligenciar os três primeiros séculos da história urbana carioca a historiografia urbana **atualiza** constantemente verdades e valores que são repetidos sem serem questionados. Porém, pesquisas recentes vêm esclarecendo fatos históricos relevantes à cidade colonial, tais como, o local, a data de sua fundação e fundador; sua totalidade política de cidade no contexto colonial; e as armadilhas da toponímia nos documentos do século XVI, quase todas produzidas no contexto na França Antártica. Abreu (2000) utilizou a elaboração de mapas temáticos ou conjecturais como recurso teórico-metodológico para melhor entendimento das questões expostas.

Portanto, no que tange a metodologia cartográfica utilizada para elaboração dos mapas temáticos ressaltamos alguns aspectos relevantes, *i.e.*, sua definição, utilização, simbologia e seu objetivo enquanto instrumento para interpretação das formações urbanas na longa duração.

O principal objetivo da pesquisa ora apresentada foi, portanto, confrontar as diferentes etapas de crescimento da cidade com os períodos de rupturas, ou seja, períodos de profunda transformação e /ou renovação na estrutura morfológica de Vitória, e sua conseqüente influência nas mudanças na paisagem.

Observou-se que somente no início do século XX, período de profunda renovação política e econômica no Espírito Santo, é que se dá a transformação mais significativa na estrutura urbana de Vitória, e conseqüentemente, em sua paisagem.

As fontes documentais primárias sobre Vitória, notadamente, sobre seus principais agentes modeladores, reafirmaram a hipótese da pesquisa de doutoramento (concluído em 2005) e outras que vinham sendo realizadas no estágio de pós-doutoramento (2008/2011).

Ou seja, os estudos mais recentes, confirmaram que a estruturação do espaço urbano da vila acompanhou sua dinâmica econômica e social, ou seja, a vida pacata do contexto colonial se refletiu na dinâmica urbana, isto é, a Vila da Vitória teve uma estrutura matriz que deu origem ao seu espaço e que este cresceu até o início do século XX sem grandes alterações, mantendo a antiga relação entre os três primeiros edifícios gerando uma relação métrica triangular, tal qual se dera em outros núcleos urbanos da Expansão (CARITA, 1998).

Além disto, observou-se que este espaço de crescimento não excedeu muito além do mar e concentrou-se no platô de fundação da vila. Sua formação e estruturação ao longo de quatro séculos deu-se ao redor do núcleo matriz, sem exceder a uma área de 3 ou 4 hectares.

Sendo assim, a hipótese apresentada no Projeto de Pesquisa como ponto central para o entendimento das transformações da estrutura urbana e da paisagem, objetivou investigar as possíveis formas que o espaço da vila, a saber, vias, espaços públicos, ou determinados trechos, possam ter tido, considerando a matriz urbana lusitana. A pesquisa, então, em sua conclusão parcial, constatou:

- Que sua evolução urbana foi lenta e sobre o mesmo espaço durante praticamente 350 anos. Tal constatação se deu através da elaboração dos mapas temáticos que se constituíram importante recurso metodológico, pois, possibilitaram a representação dos processos de configuração e transformação da vila (SOUZA, 2005).

- As permanências urbanas do período colonial, ou seja, a estrutura do traçado, formada a partir da relação do solo (suporte físico geográfico), com os quarteirões, ruas, lotes e arruamento, só sofreram modificações a partir do início do século XX, com os aterros e alterações no traçado da Cidade Alta visando à remodelação de adros e demolição de casarios considerados espúrios na lógica do pensamento higienista. No início do nos anos trinta os projetos da arquitetura moderna, tanto quanto as intervenções do urbanismo progressista no Brasil consolidaram, conforme afirma MONTE-MÓR (2013), “[...] no bojo de suas várias adaptações e redefinições, o **sentido de**

**modernidade** que marcou o país no seu processo inicial de urbanização” (p.4) (grifo nosso). Em Vitória, o sentido de modernidade pressupunha negar o passado colonial.

- As permanências arquitetônicas são as mais significativas sob o aspecto das referências do processo de colonização. Ou seja, do período colonial ficaram somente os templos religiosos e dois imóveis civis, todos considerados patrimônio cultural. Neste sentido, até o início da verticalização em meados do século XX, os templos religiosos configuram-se como os principais marcos arquitetônicos da paisagem (SOUZA, 2005).

- É no século XX que se inicia o processo de ruptura da paisagem historicamente consolidada ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Neste período com o início dos aterros e da verticalização, surgiram novos elementos arquitetônicos no espaço da vila, redefinindo seu significado. Os antigos edifícios coloniais receberam roupagem eclética para representar os novos símbolos sociais, políticos e econômicos da cidade, no bojo do novo processo de construção cultural que objetivou trazer os símbolos da modernidade europeia para as antigas colônias. Entretanto, os projetos de embelezamento em Vitória são considerados iniciativas estanques, sem continuidade e integração (tais como o Parque Moscoso, Praça Costa Pereira, aterro da Beira Mar, entre outros). Logo, as intervenções físico-territoriais, caracterizada como Planos de Embelezamento (SABOYA, 2008) não atingem a integridade da cidade, mas, inicia-se o processo de ruptura com a estrutura urbana colonial.

- A atuação dos diferentes representantes da sociedade, do Estado e da Igreja Católica na definição do espaço urbano colonial da vila demonstrou que o a vida urbana esteve intrinsecamente vinculada aos processos sociais, econômicos e políticos. Logo, a pesquisa sobre a Vila da Vitória, identificou que as principais transformações na sua forma espacial na longa duração, ocorreram nos momentos de transformação da dinâmica citada. Períodos de crescimento das atividades econômicas, como por exemplo, aquelas impulsionadas pelas atividades da Companhia de Jesus, a principal ordem religiosa fixada na capitania, geraram investimento nas ações educacionais, religiosas e na melhoria do templo, além de investimento nas terras urbanas, através de compra de terrenos, construção de pequenos trapiches e elementos defensivos (Souza, 2005).

- As estratégias e formas que os agentes modeladores de Vitória encontraram para se apropriarem de importantes parcelas do chão urbano se deram a partir dos interesses que estavam no contexto da economia colonial, onde o Estado e a Igreja mantinham o controle do território e da sociedade (VASCONCELOS, 1997).

- Considerando, ainda, as influências do processo cultural da colonização, pudemos constatar que a configuração físico-espacial da Vila da Vitória, ou seja, a definição de caminhos, ruas, a implantação dos edifícios singulares, se consolidou a partir de referências urbanísticas da Metrópole, notadamente as de matriz vernacular (TEIXEIRA, 1999). A Vila da Vitória, concluímos, teve seus espaços e marcos visuais na paisagem urbana durante três séculos com grande semelhança com o perfil de cidades lusitanas.

Neste sentido, a síntese de pesquisa ora relatada se deu através de duas abordagens teórico-metodológicas: (1) a pesquisa em fontes primárias e (2) em estudos físico-espaciais da Expansão lusitana. Tais abordagens foram, portanto, relacionadas com dos dados da história da Vila da Vitória no período colonial e os seus aspectos urbanos na longa duração dentro do contexto do Império Português.

Desta forma, foram elaborados diversos mapas temáticos de síntese sobre a evolução e transformações espaciais da vila. Os novos documentos gerados a partir da ampliação do recurso metodológico da problematização espacial registrou todo esse processo através da linguagem cartográfica, que veio a se constituir notável contribuição para os estudos de história urbana de Vitória, dado a carência de mapas e cartografias urbanas.

Desta forma, observamos que os novos estudos sobre a morfologia urbana do objeto estudado enriqueceram e possibilitaram um aprofundamento nas reflexões iniciadas no doutoramento auxiliando no processo das abstrações intelectuais sobre o fenômeno urbano de formação e evolução de Vitória até a contemporaneidade.

Cabe, portanto, apresentar as principais permanências e rupturas de Vitória no contexto histórico proposto, considerando essas transformações como resultado de uma construção cultural que se deu

sob diferentes influências (DURHAM, 1984), vindas algumas delas a constituir novas referências que integram na contemporaneidade o conjunto de bens culturais na nova paisagem da cidade.

## 1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE A PAISAGEM CULTURAL

Os estudos e pesquisas sobre a paisagem cultural avançaram muito nos últimos anos. As contribuições de diferentes campos de conhecimento, notadamente da Geografia, da Arquitetura e do Urbanismo trouxeram novos recursos teórico-metodológicos que permitem uma nova compreensão dos processos de formação da paisagem na longa duração.

Sendo assim, um aspecto relevante no estudo da paisagem é a noção de *história* e de sua relação com o sujeito na construção desta paisagem. Ou seja, as pesquisas abordam a percepção da paisagem sob nova perspectiva: a noção de paisagem humanizada. A compreensão da paisagem considera a sua modelagem ao longo da história, o estudo do homem com o meio que o cerca, e como o próprio homem intervém no meio a partir da paisagem que o circunda.

Milton Santos (1982) descreve, então, paisagem em sua dimensão social: “[...] *tudo isto são paisagens*”, ou seja, os objetos naturais, as cidades, as plantações etc. Para Santos (1982) o traço comum da paisagem “[...] *é ser a combinação de objetos naturais e de objetos fabricados, isto é, objetos sociais e ser o resultado da acumulação da atividade de muitas gerações*”.

A contribuição da noção de *história* e da interação do homem com a paisagem ao longo do tempo permitiu que aos estudos de percepção da paisagem avançassem com novas dimensões de análise. Assim, os aspectos econômicos, sociais, culturais passam a ser abordados para uma melhor compreensão das transformações da paisagem. A paisagem não se constitui como um objeto imóvel de estudo: “*A paisagem não tem nada de fixo, de imóvel, cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança... a paisagem se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade*” (SANTOS, 1988).

Outro aspecto importante no estudo da paisagem cultural, conforme citado, é a sua dimensão social, notadamente quando abordamos o estudo das paisagens urbanas na longa duração. Sendo a paisagem artificial aquela transformada pelo homem, pode-se afirmar que a paisagem “[...] *é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea*” (SANTOS, 1988).

Neste sentido, a contribuição do campo de conhecimento da Arquitetura e do Urbanismo, amplia e relaciona o estudo da paisagem ao do espaço urbano estruturado na longa duração. O conceito de patrimônio ambiental urbano, que relaciona o ambiente urbano ao meio natural onde ele foi estruturado, pressupõe o estudo da paisagem e suas transformações.

A paisagem urbana pode ser entendida como uma construção cultural (DURHAM, 1984), resultado da produção do espaço a partir da intervenção humana. Sua construção está relacionada a adições e subtrações de objetos artificiais e naturais no espaço, estes suscetíveis às transformações tecnológicas que podem alterar suas formas, perfis e a maneira de intervenção no próprio espaço, pois, há um grande avanço nas soluções de engenharia que substituem as longas estradas que circundam as montanhas por túneis que transpõem estes obstáculos naturais.

Sob essa perspectiva, a cidade pode conter diferentes elementos artificiais construídos em diferentes momentos da história, e sua paisagem pode conter estes diferentes elementos, numa composição heterogênea com testemunhos de épocas distintas. Conforme afirma Santos (1988, p.24), “[...] *suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço*”.

Entretanto, nem todos os objetos construídos ao longo da história permanecem no espaço e na paisagem. Alguns destes objetos são suprimidos e a paisagem, pode, então, revelar as permanências e rupturas históricas de uma cidade. A paisagem pode revelar ainda a construção social e cultural de uma sociedade, as técnicas empregadas para a estruturação de uma cidade e suas transformações.

Sendo assim, um dos aspectos metodológicos importantes no estudo da paisagem urbana, é a compreensão de sua construção cultural, dos aspectos sociais, econômicos, da tecnologia de construção dos objetos artificiais.

O aspecto metodológico no estudo da paisagem de uma cidade abre caminho para a identificação dos seus elementos constituintes, notadamente, aqueles que revelam sua história. Sendo assim, o estudo da paisagem na longa duração permite identificar e datar seus elementos estruturantes, significativos, além, de possibilitar o entendimento de suas transformações pela adição de novos objetos e supressão de outros conforme citado.

Esta identificação, ou inventário, permite a compreensão da permanência destes elementos, *i.e.*, permite identificar os processos sociais e culturais que permitiram que alguns objetos persistissem na paisagem e outros não. Esta decisão, que se trata também de uma construção cultural, permite avaliar a importância destes elementos para a memória deste espaço.

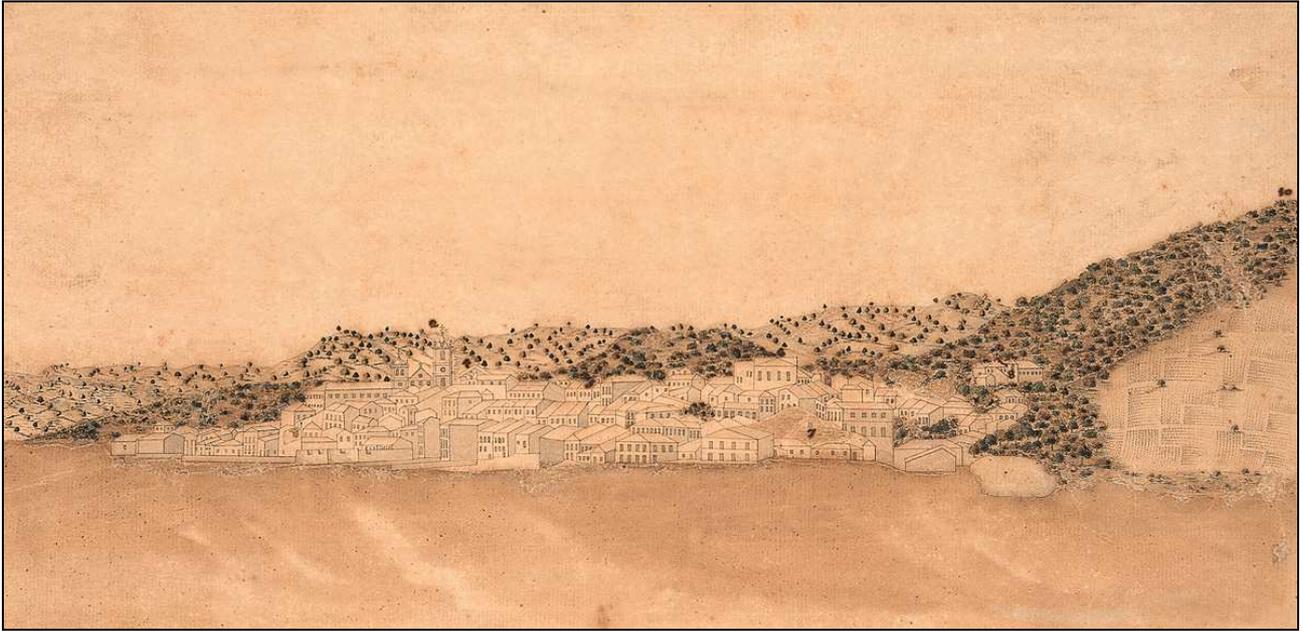
## 2. RUPTURAS E PERMANÊNCIAS NA PAISAGEM DE VITÓRIA/ES

O primeiro documento que registra a paisagem urbana da Vila da Vitória data do Século XVIII e foi elaborado pelo engenheiro militar José Antônio Caldas. O documento (Figura 01) intitulado *Prospecto da Villa da Victória*, é datado de 1767 (REIS, 2000), e foi elaborado no período de exploração aurífera na região das minas gerais, como forma de controle e para garantir a posse do território (BUENO, 1998).

O levantamento da vila retratou alguns aspectos da relação de sua ocupação urbana com seu sítio, que merecem ser atestados. Deve-se primeiro considerar que o prospecto foi elaborado estando o autor, o engenheiro militar José Antônio Caldas, situado no outro lado da baía, tendo uma visão mais privilegiada de um perfil lateral, e não frontal.

Pode-se constatar este direcionamento no prospecto, em virtude da topografia acidentada da região. Assim, ao enumerar os principais pontos da cidade, o engenheiro militar destacou a posição de seus mais expressivos edifícios: o colégio e a Igreja da Companhia de Jesus, o convento de São Francisco, a Igreja Matriz. Representou, ainda, a região íngreme onde se localizou o Fortim São Diogo ou São Thiago, elemento defensivo recém construído visando à defesa local. Os edifícios citados foram representados e identificados, respectivamente, com os seguintes números registrados na *Planta da Villa da Victória*: 2; 9, 16 e 21, outro importante levantamento que o engenheiro realizou na ocasião (Figura 02).

A implantação da vila no platô, cuja maior elevação não ultrapassava a cota de 25 metros, teve como destaque os **edifícios religiosos**, que através de sua arquitetura são o maior destaque da iconografia, em especial das duas torres da Igreja de São Tiago, o templo jesuítico, em tamanhos diferentes e, o frontão triangular, que compunham a fachada. A Igreja Matriz, que é vista em sua lateral e, de fundos, também, teve suas dimensões destacadas na paisagem urbana. O convento de São Francisco, em sua posição privilegiada, a meia encosta, é retratado, ainda, neste período, fora do aglomerado de casarios que compunham a vila, *i.e.*, mantinha-se praticamente fora de seus limites físicos (Figuras 01 e 02).



**Figura 01 - Prospecto da Vila da Vitória.**

Autoria: José Antônio Caldas.

Fonte: REIS, 2000.

No Prospecto lê-se:

*“Prospecto da Vila da Vitoria Capital da Capitania do Espirito Santo, e distante da foz do Rio do mesmo nome, huma Legoa: na Latitude de 20 g. e 15 m. ao sul, e 334 g e 45 m. de longitude. Foi tirado com Acamara obscura por Jozê Antonio Caldas. Capitam de Infantaria com exercicio de Engr.º Lente da Aula Regia das fortificasoens da Bahia, mandado à dita Capitania do Real Serviso pelo Illum.º e Exm.º S.r Conde de Azambuja Capitam General e Governador desta Capitania B.º8 de Sbr d 1767”.*

Autor: José Antônio Caldas.

Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

No *Prospecto* lê-se, também:

*“Prospecto da vila da Victoria / Capital da Capitania do Espirito-Santo e dis- / tante da foz do rio do mesmo nome urna legoa na / latitude meridional de 20º-15’ e na longitude de 344º-15’. / Explicação: / 1 Trapiche que foi dos jesuitas / 2 Igreja e collegio dos mesmos / 3 Forte de N. S. do Carmo / 4 Igreja da Misericordia / 5 Cadêa e Caza da Camara / 6 Igreja Matriz / 7 Forte de S. Thiago / 8 Igreja e Convento de S. Antonio dos Cap.os / 9 Pedra redonda / 10 Monte da vigia / 11 Sequito que as embarcações trazem pelo rio.”*



Figura 02 – Planta da villa da Victoria e Planta da Barra.

Autoria: José Antônio Caldas.

Fonte: OLIVERIA, 1951.

Na Planta lê-se:

“Planta da mesma villa da Victoria na America Meridional. / 1 Forte do Ignacio na cerca que foi dos jesuitas / 2 Igreja de **S. Thiago dos mesmos** / 3 Seo collegio / 4 Mizericordia / 5 Igreja de S. Gonçalo Garcia / 6 Cadêa e Caza da Camara / 7 Pelourinho / 8 Sto Antonio / **9 Convento dos Capuchos** / 10 Ordem 3ª de S. Francisco / 11 Capela de St. Luzia / 12 Armazem da polvora e caza d’armas / 13 Igreja de N. S. do Carmo / 14 Convento dos religiosos Carmelitas / 15 Ordem 3ª do Carmo / **16 Matriz com o orago de N. S. da Victoria** / 17 Capela de N. S. da Conceição / 18 Pequenas pontes de comunicação / 19 Trapiche que foi dos jesuitas / **20 Forte de N. S. do Monte do Carmo** / **21 Fortinho de S. Thiago** / 22 Cazas e caes, que a bem da fortificação se embargaram quando se levantou esta planta / Petipé.” (grifo nosso).

A Figura 03 retrata a paisagem urbana de Vitória no Século XIX, no ano de 1805. O levantamento realizado mostra em destaque a presença dos cais no porto, pois, as atividades comerciais estavam aquecidas e na vila já sentia os sinais das melhorias econômicas do período. Ainda permanecem em destaque na paisagem no início do Século XIX as torres sineiras da igreja jesuítica, bem como, a montanha ao fundo.



**Figura 03 - Perspectiva da Villa da Victoria, em 1805.**

Autoria: Joaquim Pantaleão.

Fonte: REIS, 2000.

Na Perspectiva lê-se:

*“PERSPECTIVA DA VILLA DE VICTORIA/ Capitania do ESPIRITO SANTO por Joaquim Pantaleão Per.<sup>a</sup> da S.<sup>a</sup>/ Anno de 1805”.*

Autor: Joaquim Pantaleão Pereira da Silva.

Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

*É uma vista em perspectiva da Vila de Vitória, tomada a partir do canal. O maior destaque aparece no antigo Colégio dos jesuítas, com sua igreja (A) e, na extremidade direita da colina, a Matriz, já com sua nova fachada com frontão trabalhado (B). Bem mais acima, vemos a igreja do Rosário (D); entre a Matriz e o Colégio dos jesuítas, a igreja da Misericórdia (C) e a Casa de Câmara e Cadeia (E), com dois corpos de telhado destacados. Ao centro, um grande cais avança em direção ao canal.*

A densa ocupação no platô e, das áreas circunvizinhas, é demonstrada pelo grande número de casario de dois e até três pavimentos, como aqueles que se localizaram próximo ao mar e são melhores visualizados na iconografia. A região da praia é formada pelos cais e armazéns, que têm proporções significativas. Em destaque, as ameias do Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo (Figura 02, identificada com o número 20).

A vila teve na sua área central, o platô onde se consolidou a matriz urbana, a implantação dos três principais templos religiosos, que foram, desde o Século XVI, os elementos irradiadores do crescimento urbano. A partir deste epicentro as ruas foram estruturadas até se implantarem na parte mais baixa, onde se instalaram os cais e a parte comercial, como em outras vilas e cidades da América Portuguesa, numa clara referência ao urbanismo lusitano: a configuração espacial estruturada em cidade alta e cidade baixa.

A relação da Vila da Vitória com o sítio é tão peculiar que se estendeu a configuração do conjunto urbano, que está situado entre os dois braços de mar, poucos perceptíveis na iconografia, e na meia encosta, atrás do platô. Do ponto onde se posicionou a câmara escura, registrou-se este encastelamento “[...] nas grimpas da montanha a se espelhar nas águas tranquilas de um lago” (DERENZI, 1995, p. 79). As ruas, estruturadas a meia encosta, e as ladeiras, configuraram a implantação de quarteirões e lotes, de tal forma, que o casario, registrado no levantamento, se implantou de maneira escalonada no sítio. Os diferentes níveis onde se situa o casario, implantado

lado a lado, sem recuo lateral, até o cume do platô, oferece uma percepção da conformação das ruas, que se relacionavam com o desnível do casario (Figuras 01 e 03).

Este panorama registrado no Século XVIII só viria a se modificar no final do Século XIX e início do Século XX. No século XIX, a Vila da Vitória passou por diversas transformações importantes, tanto no aspecto físico-espacial, quanto nos aspectos econômicos, sociais e políticos que, de certa forma, foram as principais causas do início de uma série de mudanças que vieram ocorrer em sua estrutura física.

No governo de Francisco Alberto Rubim (1812-1819), segundo Martins (1993), ocorreram as principais intervenções na Vila da Vitória, iniciando-se os aterros das áreas alagadiças e dos manguezais que delimitavam o platô onde estava implantada a vila. A área da cidade baixa que foi se formando através dos entulhos jogado junto ao mar no fundo das casas passava então a se constituir em uma das principais áreas da cidade dando origem a Rua da Praia que veio a ser a artéria mais comercial do local, dando origem a Avenida Capixaba, e posteriormente, a Avenida Jerônimo Monteiro, uma dos principais corredores de passagem de Vitória aos municípios vizinhos na contemporaneidade.

A configuração espacial da vila, no entanto, não mudou em relação a sua organização inicial, *i.e.*, as construções de uso comercial, residencial e institucional e de lazer, se davam próximas umas das outras, com destaque para as igrejas e construções públicas, sendo que, a área central do platô continuava a ser a mais densa, muito embora, conforme citado, já havia a ocupação junto ao mar na faixa de terreno de cota mais baixa. Até o início do século XIX, os templos religiosos ainda dominavam não só a paisagem, mas também a estrutura urbana da mancha matriz de Vitória.

A Perspectiva da Vila da Vitória, de 1805, de autoria Joaquim Pantaleão (REIS, 2000) (Figura 03) é outro documento que apresenta o perfil urbano do período, tendo em destaque os templos religiosos emoldurados pela colina. Ou seja, nos séculos XVIII e XIX temos os mesmos elementos que estruturam a paisagem urbana da vila.

Na pesquisa de doutoramento concluímos a importância que a Igreja Católica teve como agente modelador do espaço da Vila da Vitória. A ligação entre os primeiros templos estruturou o traçado da vila, bem como, definiu os espaços onde se consolidou a ocupação do casario, que lado a lado, por adição, configuraram os quarteirões, conforme já citado. Esta é uma das características, segundo Reis Filho (1968), da formação espacial das primeiras vilas do período colonial, notadamente, das povoações mais simples. Esta lógica esteve presente na ocupação do sítio onde se consolidou a Vila da Vitória, e influenciou em seu crescimento, até o início do século XX.

A partir do Século XX, o desejo de rompimento com o passado colonial deu origem a uma série de intervenções no espaço urbano de Vitória, elevada a categoria de cidade em 1823. A cidade foi, então, "ecletizada", e para tanto, durante o Século XIX iniciaram-se diversas obras que iniciam o que foi denominado posteriormente *embelezamento* da cidade.

Uma das intervenções mais impactantes para a transformação da paisagem urbana foram os aterros. Nos relatório de governo do Século XIX constata-se que estas obras passam a ter um investimento maior do poder público: em 1847, 1848, e 1871, registram-se obras para o aterro da área denominada Campinho; em 1861 e 1862, registram-se obras para o aterro da área denominada Lapa (SEPULCRI, 1993; OLIVEIRA, 1951). Na década de 1870 diversas intervenções urbanas foram feitas para melhoria ou construção de praças, o que já demonstra uma nova concepção das áreas urbanas: ocorrerem as obras na Praça do Palácio (antigo colégio jesuítico), no Cais do Santíssimo, Praça do Mercado, Praça da Alfândega (OLIVEIRA, 1951).

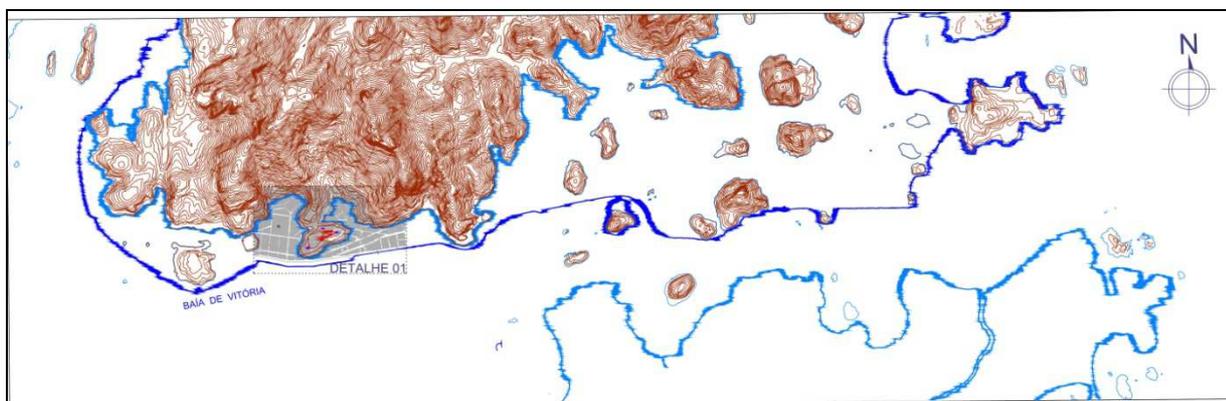
Os aterros deram origem a um novo solo urbano que passa a ser ocupado por ruas e edifícios que deveriam traduzir as inovações urbanas advindas da Europa: traçado regular e arquitetura com novos conceitos e tecnologia, traduzindo um novo padrão social e arquitetônico. O estilo empregado em Vitória no início do Século XX foi o Eclético, tendo a administração municipal investido em normas para que a cidade passasse a ter uma nova imagem. Neste momento, os elementos arquitetônicos, urbanos e paisagísticos remanescentes da cidade colonial sofrem grandes transformações. Com a demolição de praticamente todo o casario da Cidade Alta dá-se o início ao processo de perda do acervo de bens culturais dos três séculos precedentes. Além do casario, as modificações no traçado e a ocupação da colina ao fundo do platô, também vão transformar a paisagem urbana de Vitória.

O crescimento econômico ocorrido a partir da década de 1960 traz novas transformações para a paisagem urbana de Vitória, com a conquista de novos espaços junto ao mar, ampliando as áreas aterradas. Estas áreas passam a ser ocupadas por edifícios que rompem a escala de dois e três pavimentos, que se constituíam, até então, nos gabaritos predominantes na área de estudo. Surgem os edifícios de até 15 pavimentos, que vão modificar a relação do sítio com o conjunto arquitetônico, urbano e paisagístico colonial e eclético.

A partir destas transformações o centro da cidade de Vitória adquire um novo perfil. A necessidade de se avaliar as rupturas e permanências do acervo de bens culturais, notadamente, o acervo arquitetônico, urbano e paisagístico, se dá pela sua relevância na história da arquitetura e urbanismo do Brasil, tendo em vista, que a cidade, conforme citado, é uma das mais antigas do país e teve em sua estruturação elementos da tradição urbana lusitana.

A partir da elaboração de mapas temáticos de síntese, que são documentos cartográficos resultantes da síntese das pesquisas realizadas a partir de fontes primárias e secundárias, que fundamentaram a análise histórica da formação urbana de nosso objeto de estudo e integram o conjunto de reflexões do doutoramento (SOUZA, 2005) e da presente pesquisa, pôde-se analisar as transformações da paisagem urbana de Vitória. Ressaltamos que os mapas temáticos de síntese são abstrações intelectuais que apresentam o fenômeno urbano de forma simbólica, e que objetivam conjecturar as diferentes formas que o espaço e a paisagem urbana podem ter assumido.

Desta forma, através dos mapas temáticos e da cartografia histórica, realizou-se uma síntese da evolução das transformações da paisagem urbana da Vila da Vitória, buscando demonstrar as (1) características de seu sítio de implantação, (2) as características da paisagem urbana colonial e, (3) as rupturas destes elementos na paisagem do Século XX e na contemporaneidade. Através da Figura 05 observa-se o sítio de implantação da Vila da Vitória dentro da Baía homônima, em posição defensável, remetendo as implantações urbanas da tradição lusitana que foi utilizada na América Portuguesa (PESSÔA, 2000).

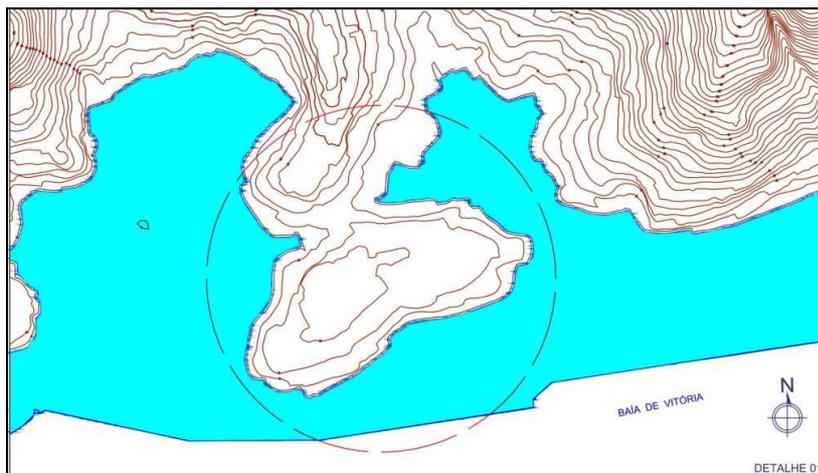


**Figura 04 – Mapa Temático de Síntese. Planta de Reconstrução da implantação da Vila da Vitória no Século XVI.**

Autoria: Luciene Pessotti, 2010.

Fonte: Acervo da autora.

No Detalhe da Figura 04, pode-se observar as características do platô onde foi implantada a Vila da Vitória no Século XVI. Vê-se em destaque que a porção de terra onde se estruturou a trama urbana era ladeada pelas águas da baía e ao fundo o maciço central da ilha. Ressalta-se que as ocupações junto ao mar foram se dando lentamente até o Século XIX, sendo que, a partir deste momento iniciam-se os aterros que mudariam o perfil urbano e paisagístico de Vitória.

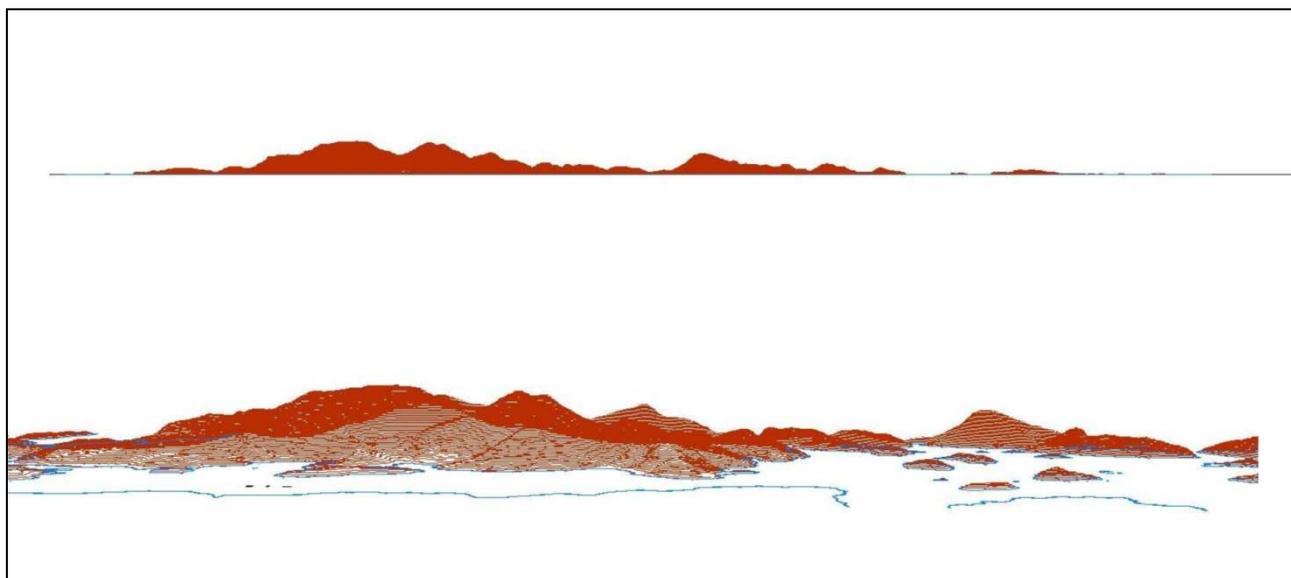


**Detalhe da Figura 04– Mapa Temático de Síntese. Sítio de implantação (Platô) da Vila da Vitória.**

Autoria: Luciene Pessotti, 2010.

Fonte: Acervo da autora.

Na Figura 05 tem-se a modelagem da topografia do sítio onde foi implantada a Vila da Vitória no Século XVI. Nesta figura se atesta a vila implantada em um platô que tinha ao fundo uma montanha que se sobrepunha à escala da arquitetura colonial. No platô, onde foi implantada a vila, a maior cota não excedia a 30 metros, e o maciço central destaca-se com sua altura com cotas superiores a 200 metros.



**Figura 05 – Mapa Temático de Síntese. Modelagem do sítio de implantação da Vila da Vitória no Século XVI.**

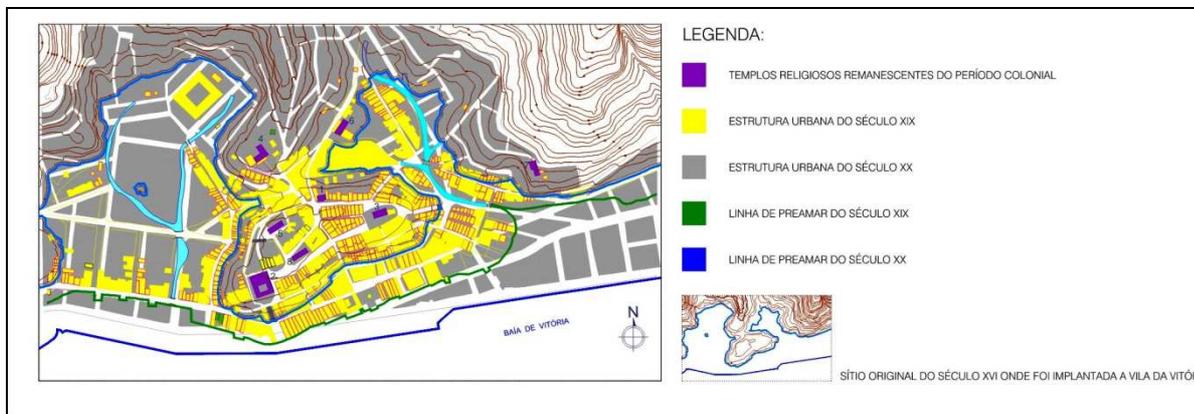
Autoria: Luciene Pessotti, 2010.

Fonte: Acervo da autora.

As Figuras 01 e 02 representam o primeiro levantamento da Vila da Vitória no período colonial, realizado em 1765, *i.e.*, no Século XVIII. A Figura 02 retrata o levantamento do espaço urbano da vila, com identificação dos principais edifícios e espaços. A Figura 01 registra a paisagem urbana, tendo como destaque os edifícios religiosos, e a cadeia montanhosa ao fundo. Neste perfil pode-se constatar uma das recorrentes citações da historiografia sobre Vitória: cidade que se estruturou entre o mar e a montanha. Cabe ressaltar que o engenheiro retratou o perfil da Vila da Vitória no mesmo período em que foi levantada a sua planta, tendo representado a vila com suas principais características. Estes levantamentos são um dos principais documentos do período colonial sobre Vitória. Sua análise permite que sejam conhecidos vários aspectos da vida urbana, social, econômica, além de permitir que se façam conjecturas sobre a forma urbana da vila antes deste

levantamento, a partir das informações levantadas sobre os séculos anteriores coletadas nas fontes primárias e secundárias.

As análises sobre a evolução urbana de Vitória demonstraram alguns resultados que podem ser verificados através das Figuras 06 e 07.



**Figura 06 - Mapa Temático de Síntese. Permanências e rupturas na estrutura urbana de Vitória.**

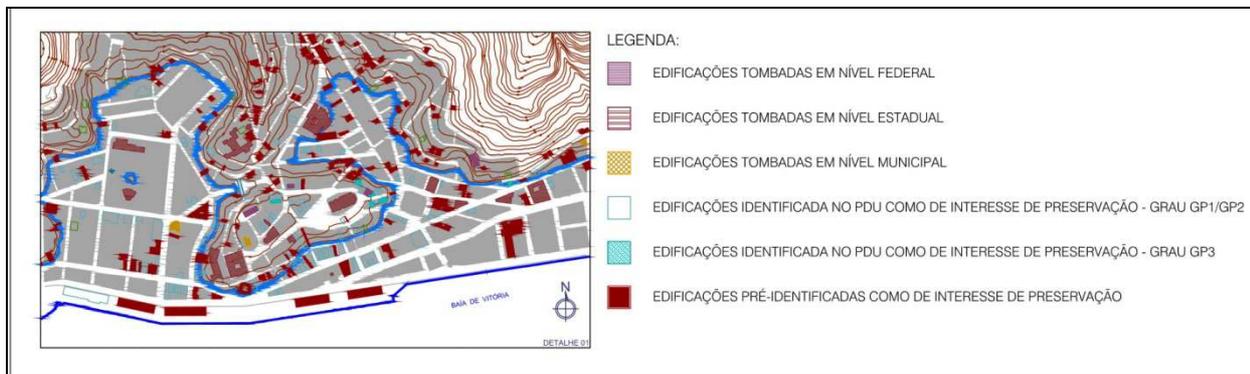
Autoria: Luciene Pessotti, 2010.

Fonte: Acervo da autora.

Através da Figura 06 pode-se observar que até o Século XIX a trama urbana de Vitória, representada pela cor amarelo, pouco rompeu com seu sítio de implantação, mantendo as características morfológicas do período colonial, conforme já atestado em outras etapas das pesquisas que realizamos (SOUZA, 2005).

A estrutura urbana representada na cor cinza é aquela que foi se consolidando a partir do Século XIX e que se mantém na contemporaneidade. Na cor roxa os edifícios religiosos remanescentes do período colonial que eram destaque na trama urbana e na paisagem de Vitória.

As linhas de preamar representadas nas cores verde, do Século XIX, e azul, do Século XX, demonstram a quantidade de área que foi conquistada junto ao mar.



**Figura 07 - Mapa Temático de Síntese. Permanências na estrutura urbana de Vitória.**

Autoria: Luciene Pessotti, 2010.

Fonte: Acervo da autora.

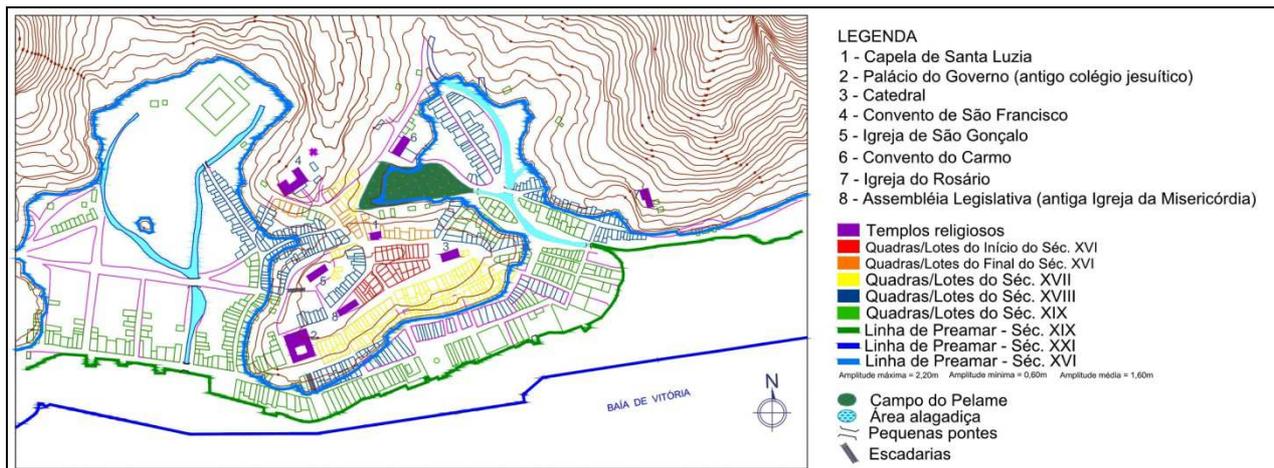
Através da Figura 07 podemos constatar algumas permanências no âmbito da arquitetura na estrutura urbana de Vitória. A partir do levantamento das edificações protegidas nas diferentes esferas do poder público, ou seja, no âmbito federal, estadual e municipal, têm-se o inventário preliminar destas permanências históricas na área que constitui o objeto de estudo.

Ressaltamos que as edificações tombadas em nível federal são remanescentes do período colonial, sendo em sua maioria templos religiosos. Praticamente todo o casario colonial foi demolido. As demais edificações são dos séculos XIX e início do XX.

Desta forma, pode-se concluir que Vitória preserva muito mais os elementos remanescentes de uma fase em que o poder público atuou de forma a apagar seu passado colonial, como uma nova linguagem urbana e estética, notadamente.

As transformações ocorridas a partir da década de 1960 alteraram profundamente a paisagem urbana de Vitória. Ao compararmos a paisagem urbana colonial com a paisagem contemporânea, tendo como marco o Século XIX, período onde se inicia a ruptura com as estruturas urbanas e arquitetônicas, constata-se que os bens culturais dos séculos precedentes foram em sua maioria perdidos.

Através da Figura 08 podemos atestar como a evolução urbana de Vitória até o Século XIX não alterou a lógica de crescimento desde a conformação da mancha matriz, ou seja, de acordo com o padrão do urbanismo lusitano vernacular.

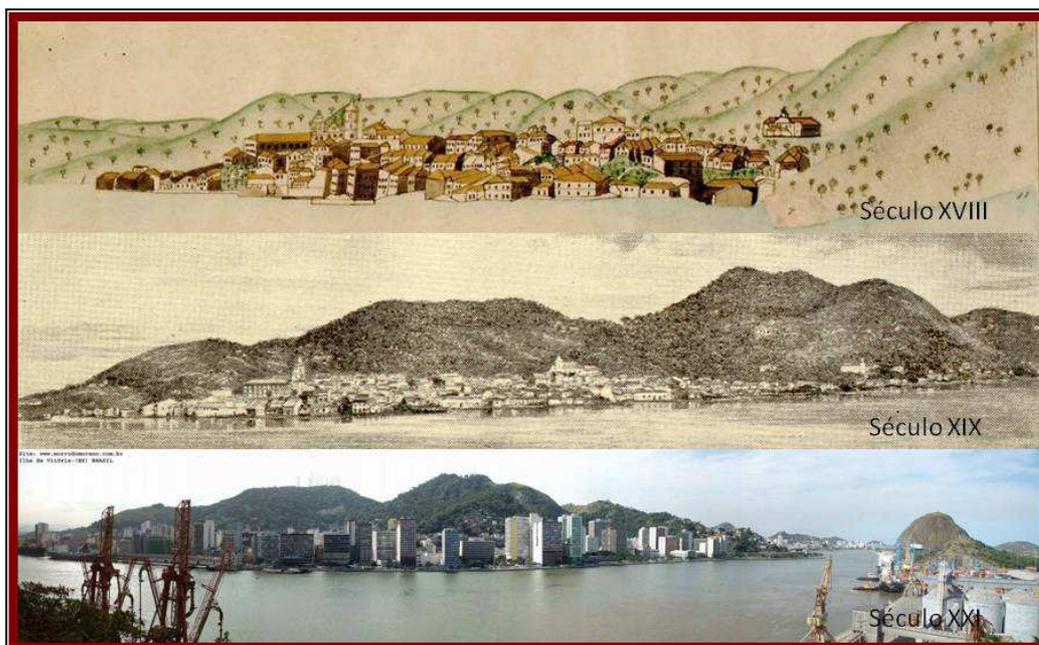


**Figura 08 - Estrutura urbana de Vitória no Século XIX.**

Autoria: Luciene Pessotti, 2010.

Fonte: Acervo da autora.

As transformações ocorridas partir do Século XIX e consolidadas no Século XX podem ser verificadas através da Figura 09, onde são apresentados juntamente, três perfis da paisagem urbana de Vitória, sendo, o primeiro do Século XVIII, o segundo do Século XIX, e o terceiro da contemporaneidade.



**Figura 09 – Perfis da paisagem a urbana de Vitória nos séculos XVIII, XIX e XXI.**

Autoria: Luciene Pessotti, 2010.

Fonte: Imagens do acervo da autora.

Outra importante imagem data do início do Século XX (Figura 10) e nela pode-se constatar a estruturação colonial ainda presente na paisagem urbana. As torres da Igreja da Companhia de Jesus ainda domina o cenário e a dimensão do edifício contrasta com a singeleza do casario implantado de forma escalonada no terreno irregular. Em destaque, ainda, vê-se à direita, o maciço central.



**Figura 10 – Foto panorâmica de Vitória. Nesta foto percebe-se a implantação de Vitória num platô acidentado com as edificações implantadas sobre o desnível do terreno até o limite da montanha e do mar. Em destaque o conjunto jesuítico com suas torres e o frontão e a igreja Matriz com sua fachada principal voltada para a fachada do templo dos inacianos.**

Fonte: Imagens do acervo da autora.

Entretanto, o elemento natural, notadamente o maciço central, permanece em destaque. Nota-se que a baía ainda possui forte impacto na percepção da paisagem, entretanto, a relação da cidade com o mar foi bastante alterada, e a percepção de cidade estruturada entre o mar e a montanha também foi comprometida.

Ainda que a percepção da paisagem urbana de Vitória não ofereça uma visão de seus bens culturais remanescentes do período colonial, tendo sido adotado o mesmo ponto de observação da cartografia histórica, ou seja, o registro se dá pelo mar numa visão mais ampla da área de estudo, pode-se, entretanto, afirmar que algumas perspectivas internas na estrutura urbana permitem a percepção de edifícios e áreas históricas.

No entanto, optamos neste primeiro momento adotar as mesmas visadas obtidas ao longo dos Séculos XVIII, XIX, e início do XX, objetivando manter o mesmo critério metodológico para observar as permanências e rupturas da cidade colonial na contemporaneidade.

A partir das primeiras conclusões da pesquisa pudemos constatar que poucos são os elementos deste período ainda presentes na paisagem urbana de Vitória, sendo a imagem da cidade contemporânea completamente diversa daquela que apresentamos na cartografia histórica, que retratava as importantes referências da tradição urbana lusitana.

### 3. CONCLUSÃO

A paisagem urbana de Vitória constitui-se de elementos culturais remanescentes de diferentes períodos. Observam-se na paisagem urbana elementos arquitetônicos do período colonial, período imperial, moderno e contemporâneo. Neste sentido, a paisagem urbana reflete prioritariamente as transformações pelas qual Vitória passou nos últimos dois séculos.

A paisagem urbana retrata também os contrastes decorrentes das transformações ocorridas no espaço na longa duração. As conquistas do solo urbano proporcionadas pelos aterros e a verticalização da área central de Vitória refletem como as alterações econômicas, sociais e culturais transformaram a pequena vila colonial que manteve seu aspecto paisagístico com as mesmas características até o Século XIX numa cidade cujo aspecto pouco se assemelha a sua origem.

Os primeiros elementos morfológicos edificados, notadamente os edifícios religiosos, não se configuram mais como monumentos. Até o início do Século XX esses edifícios foram o marco paisagístico na cidade. Após a ocorrência das transformações físico-espaciais apresentadas os antigos monumentos perdem seu valor em escala e na sua dimensão simbólica. Alguns vão sofrer alterações estilísticas e seu valor é ressignificado. Novos edifícios vão assumir os novos valores sociais e políticos do Século XX. Toda a área de estudo passou por essa ressignificação alterando seu valor simbólico e sua paisagem colonial.

Ainda que esta pesquisa aborde somente o período colonial, cabe um amadurecimento para se problematizar as permanências dos Séculos XIX e XX na estrutura urbana de Vitória. Pode-se constatar que o traçado inicial de influência portuguesa com matriz vernacular possui ainda alguns elementos que possibilitam sua filiação a essa referência. No entanto, as alterações morfológicas do sítio, notadamente, aquelas vinculadas ao aterro, impuseram uma drástica ruptura com o espaço e a espacialidade do período colonial. Os valores da modernidade e de um novo urbanismo, mais científico, vão imprimir um novo desenho e uma nova paisagem a Vitória. As ruas tortuosas de um traçado espontâneo serão modificadas com o rigor geométrico dos novos projetos, visando apagar a imagem de vila sem planejamento, sem projeto, que retratavam o atraso do período colonial. A área aterrada refletirá um novo paradigma. Acima de tudo há a motivação de se remodelar ou apagar o passado colonial depois da Independência, notadamente, a partir do início do Século XX.

Entretanto, a importante contribuição das reflexões sobre a paisagem urbana se dá justamente neste sentido, ou seja, poder constatar quais são os elementos que persistem ao longo da história e quais são, portanto, os principais bens culturais que refletem a trajetória da cidade na longa duração. Essa trajetória retrata todo o conjunto de referências que foram utilizados para resignificar a antiga vila colonial objetivando dar-lhe o conceito de cidade moderna e planejada. Os novos edifícios são dotados de uma carga simbólica que também comunicaram essa mudança e com o tempo assumem um importante valor cultural.

A cidade então assume esse novo panorama, com recortes temporais distintos, com uma arquitetura diversificada, com exemplares de diferentes momentos.

Os bens culturais de Vitória são, portanto, o resultado das escolhas que foram feitas pela sociedade ao longo da história, e os novos elementos inseridos no espaço, configuram a paisagem da cidade que esta mesma sociedade moldou e retrata sua memória coletiva.

### REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de Almeida (2000). O Rio de Janeiro quinhentista: debates e armadilhas. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DO URBANISMO E DA CIDADE, 6., 2000, Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. 1CD. 15p.
- BUENO, Beatriz P. Siqueira (1998). A Iconografia dos Engenheiros Militares no Século XVIII: Instrumento de Conhecimento e Controle do território. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP).. p.87-118.

CARITA, Rui (1998). As cidades atlânticas do século XVI: fronteiras e modelos estratégicos. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR. 1 CD. 12p.

DERENZI, Luiz Serafim (1995). *Biografia de uma Ilha*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

DURHAM, E. (1984). Cultura, patrimônio e preservação. Texto II. In: ARANTES, A. (Org.). *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de (1985). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

LEPETIT, Bernard (2001). *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

MARTINS, Janes de Biase (1993). A cidade reconstruída. In: ABREU, Carol; \_\_\_\_\_; VASCONCELLOS, João Gualberto M. (Org.). *Vitória. Trajetórias de Uma Cidade*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. 61-103p.

MONTE-MÓR, Roberto Luís (2013). **As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil**. UFPA. Curso de Especialização em Planejamento do desenvolvimento e integração regional. Papers. Fonte eletrônica disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper35.pdf>. Acessado em 12/01/2013.

OLIVEIRA, José Teixeira de (1951). *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro.

PESSÔA, José (2000). Em tudo semelhante, em nada parecido. Modelos e modos de urbanização na América Portuguesa. *Oceanos*, A construção do Brasil Urbano, nº 41, p.70-83.

REIS, Nestor Goulart (2000). *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Fapesp.

REIS FILHO, Nestor Goulart (1968). *Contribuição ao estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

ROSSA, Walter (2002). *A urbe e o traço*. Uma década de estudos sobre o urbanismo português. Portugal: Ed. Almedina.

SABOYA, Renato. Urbanismo e planejamento urbano no Brasil – 1875 a 1992. Resenha crítica, 2008. Urbanidades. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/>. Acessado em: abril de 2013.

SANTOS, Milton (1982). *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, Milton (1988). *Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos Teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, Paulo (1968). *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Coimbra: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros.

SEPULCRI, Patrícia Martinelli (1993). *Do Colonial ao Neo-Colonial*. Um Perfil das Melhores residências em Vitória. 1993. Monografia (Curso de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

SOUZA, Luciene Pessotti (2005). *A geopolítica do sagrado. A participação das ordens religiosas na conformação urbana da Vila de Nossa Senhora da Vitória - ES (século XVI ao XIX)*. Salvador. 2005. Tese (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

TEIXEIRA, Manoel (1999). O Urbanismo Português no Brasil nos Séculos XVI e XVII. In: \_\_\_\_\_; VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português. Século XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Portugal, Livros Horizonte. p.215-252.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida (1997). Os Agentes Modeladores das Cidades Brasileiras no Período Colonial In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (orgs). *Explorações geográficas - percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p.247-277.